

Notas e Informações

Saúde

ESTADO DE SÃO PAULO

O doente sem escolha

ESTADO DE SÃO PAULO

As concepções totalitárias da realidade nutrem profundo desprezo pela vida humana; ela vale muito pouco no confronto com as verdades da ideologia, com suas conclusões pré-concebidas, com seus dogmas bem ancorados no preconceito. A medicina brasileira, apesar de todas as suas carências, do descaso governamental, da falta de apoio à pesquisa médica e da crise (que ninguém subestima) do ensino médico, até pouco tempo atrás cumpria suas funções porque o primeiro compromisso do ofício de médico permanecia o mesmo: *salvar vidas*. Com certeza, foi a convivência diária com a morte (instância última que dispensa qualquer opção ideológica) que protegeu o profissional médico dos "grandes contágios" que o cardápio ideológico do século XX ofereceu. Desgraçadamente, porém, até essa convivência diária com as Parcas foi insuficiente para impedir que as lideranças de muitas associações médicas se contaminassem pelas grandes verdades. O primeiro sinal do contágio pôde observar-se na pregação da crença inabalável na eficácia do Estado, e no repúdio da prestação do serviço médico pela iniciativa privada.

O médico profissional liberal, competente e por isso mesmo socialmente reconhecido, passou a existir exclusivamente nos sonhos das dezenas de milhares de vestibulandos de Medicina. O recém-formado, o médico-residente, ao longo de seu curso, foi convencido a esquecer o sonho e a professar a sólida verdade: só uma medicina estatizada seria capaz de efetivamente atender às necessidades da população brasileira. Tomada por boa a premissa, mitificada devidamente a realidade, duas foram as conclusões: os serviços médicos produto da livre iniciativa não atendem à população pois sua origem era a livre iniciativa e, segunda, o atendimento médico oficial é ruim e defasado, pela simples e boa razão de que interesses escusos, privados sempre, o sabotam.

Identificado o mal, diagnosticadas as razões da "infecção", estabeleceu-se coletivamente a conduta a ser seguida para vencê-lo. Na sempre lembrada 8ª Conferência Nacional de Saúde, em março de 1986, em clima de aclamação, fabricou-se o *remédio* do Sistema Único de Saúde, que resolveria o problema da saúde do brasileiro pela raiz: por ser único, só ao Estado seria outorgada a tarefa de tentar salvar vidas! A concepção totalitária da realidade havia conseguido, a seu modo, descobrir o inimigo, a iniciativa privada; a partir da "histórica" conferência imaginou-se haver encontrado o meio para exterminá-lo. As coisas não foram tão fáceis como se previa, porque a realidade do atendimento médico brasileiro falou mais alto; apesar das pressões ideológicas, a Assembleia Nacional Constituinte não entregou a reserva de mercado de salvar vidas em termos absolutos à máquina do Estado, deixando ao paciente descontente o direito constitucional de livrar-se do Sistema Único de Saúde.

A derrota não faz parte do dia-a-dia dos adeptos da concepção totalitária. Tanto assim é que está em elaboração o anteprojeto da *Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde*, que com pouco mais de duas dezenas de artigos pretende impedir a livre expressão do descontentamento na relação médico-paciente. Enquanto nos gabinetes se cuida da lei, na prática, em São Paulo e em Goiás, fazem-se as experiências-piloto básicas para que o fato vença o direito de livre escolha! O que é pior: quer-se obrigar o mais carente, o mais necessitado, aquele que quase sempre é o que mais precisa de atendimento médico, a *contentar-se* com o atendimento do Sistema Único, oferecido pela rede oficial de serviço médico. Os pormenores chegam a ser alarmantes: em uma região da periferia da cidade de São Paulo, com mais de 1,5 milhão de habitantes, a rede hospitalar privada notificava um total de pelo menos 130 mil consul-

tas mensais pelo Boletim de Atendimento de Urgência, isto é, o atendimento primário pago pelo Inamps. Esse número foi considerado "uma vergonha" pelo urologista Emílio Sebe Filho, incumbido pelo secretário da Saúde, Pinotti, de retirar esse serviço de atendimento primário da iniciativa privada e passá-lo para o Estado. Segundo Sebe, a rigor só foram feitos 30 mil atendimentos de casos urgentes. Pode-se, facilmente, imaginar o resultado dessa transferência do atendimento para os postos de saúde: poucos médicos com centenas de pacientes por turno, pouca ou deficiente estrutura para atendimento, falta dos mais simples medicamentos, afora as carências de um serviço público que a população está cansada de conhecer.

É interessante saber o que pensa o dr. Sebe quanto ao crescimento fatal da demanda nos postos de saúde e das reclamações: "Os funcionários estavam acostumados com o pouco trabalho". Assim, para s. sa., médicos mal remunerados, sem equipamento mínimo para trabalhar, sem medicamentos adequados a casos de urgência, com centenas de pacientes para atender, constituem profissionais "mal acostumados..." O dr. Sebe, porém, considera-se imbuído de uma missão, definida por ele em uma frase: "Vou impedir que os hospitais continuem roubando a Previdência!" Nisto se resume o Sistema Único de Saúde: desprezo pelas condições em que se dá o ato médico e ostensivo ressentimento contra a iniciativa privada.

A denúncia vaga, sem prova, é típica do totalitarismo e de seus hábitos. O que se consegue com ela é só fortalecer a corrupção e não puni-la. A silenciosa maioria da classe médica brasileira ainda tem tempo para não ver completamente realizada a missão do dr. Sebe. O médico, no sacrifício diário imposto por sua vocação, conhece perfeitamente as consequências dessa *missão*. Principalmente para os que mais precisam dos serviços médicos.